JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.12.19 04:29:41 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 19 de dezembro de 2023 • Nº 1705 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

2024

Aéreas anunciam passagens a R$ 799

As três maiores companhias aéreas do Brasil - Azul, Gol e a Latam - anunciaram, ontem, em Brasília, oferta passagens entre R$ 699 e R$ 799 por trecho viajado em 2024. Juntas, irão disponibilizar mais de 25 milhões de bilhetes aéreos. A medida faz parte da primeira etapa do Programa de Universalização do Transporte Aéreo, detalhado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, aos lados dos diretores das três empresas, como estratégia para redução dos preços de passagens aéreas e queda dos custos de operações no país, em 2024. Outras ações apresentadas pelas empresas estão: valores mais acessíveis para bilhetes comprados com até 14 dias de antecedência da data da viagem, inclusão de serviços de remarcação sem cobrança de taxa adicional, oferta de tarifas mais acessíveis para compras realizadas em determinados dias da semana; aumento no número de oferta de voos; ampliação da frota aérea, gratuidade no despacho de bagagens e marcação de assento para compras feitas em cima da hora e aumento na oferta de assentos. O ministro acredita que as medidas anunciadas tornarão os voos domésticos mais acessíveis aos passageiros. "Um conjunto de pacotes que vai beneficiar o consumidor final brasileiro. E a primeira etapa (do Programa de Universalização do Transporte Aéreo), ao longo de 2024, vamos, cada vez mais, ao lado das aéreas, ao lado de todo o governo". PÁGINA 3

Relatório

OCDE: mudanças climáticas afetam crescimento do Brasil

Os eventos extremos provocados pela mudança climática estão prejudicando a infraestrutura brasileira e comprometendo o crescimento do país, informou ontem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No relatório Estudos Econômicos da OCDE: Brasil, documento bianual com perspectivas para o país, a organização sugere planejamento nas obras públicas, novas políticas urbanas e o cumprimento mais amplo do Código Florestal. "A infraestrutura pública (do Brasil) é particularmente vulnerável a choques climáticos em meio a uma rápida, não planejada e descontrolada urbanização", destacou a OCDE, organização formada por países que se comprometem com metas econômicas, sociais, ambientais e institucionais e à qual o Brasil está em processo de adesão. PÁGINA 2

Posse

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Lula diz a Gonet que MP não pode achar que todo político é corrupto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu em seu discurso na posse de Paulo Gonet como procurador-geral da República que o Ministério Público não ache que todo político é corrupto. O petista voltou a pregar contra a negação da política, e citou os ataques de 8 de janeiro como consequência da deslegitimação da atividade. "Não existe a possibilidade de o Ministério Público achar que todo político é corrupto", disse o presidente da República ontem. Ele também declarou que acusações levianas não fortalecem a democracia e disse que não se deve permitir vazamentos de investigações antes de a veracidade das informações ser confirmada. A fala de Lula na posse da PGR tem simbolismo porque o petista foi o principal alvo da Operação Lava Jato. PÁGINA 4

Argentina

Milei quer matar de fome quem for as ruas protestar

PÁGINA 6

Gestão Tarcísio

Marcelinho Carioca sofre sequestro em São Paulo

PÁGINA 3

Rio

Deputada é acusada de ligação com milícia

A Polícia Federal e o Ministério Público do Rio abriram ontem a Operação Batismo para investigar suposta atuação e articulação política da deputada estadual Lúcia Helena Pinto de Barros, a Lucinha (PSD) em benefício de uma milícia que atua na zona Oeste do Rio. A parlamentar foi afastada no cargo por ordem do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ). Agentes foram às ruas para cumprir oito mandados de busca e apreensão nos bairros de Campo de Grande, Santa Cruz e Inhoaíba, na zona oeste do Rio. O gabinete da parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro também foi vasculhado. Além do afastamento da parlamentar, o Tribunal de Justiça Estadual proibiu Lucinha de manter contato com investigados e de frequentar a Casa Legislativa. A investigação da Operação Batismo mira também uma assessora de Lucinha. A PF aponta a participação ativa de ambas na milícia, "especialmente na articulação política junto aos órgãos públicos visando atender os interesses do grupo, investigado por organização criminosa, tráfico de armas de fogo e munições, homicídios, além de extorsão e corrupção". PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: 0,68% / 131.083,82 / 886,72 / Volume: R$ 22.571.975.913 / Negócios: 3.937.002

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
ALPARGATAS PN N1	9.53	+6.36	+0.57
BRASKEM PNA N1	18.17	+4.37	+0.76
PETRORECSA ON NM	21.030	+3.75	+0.760
RAIZEN PN N2	3.860	+3.49	+0.130
CYRELA REALTON ED NM	24.38	+3.31	+0.78

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
CASAS BAHIA ON EG NM	10.240	–8.33	–0.930
RUMO S.A. ON NM	22.21	–2.67	–0.61
KLABIN S/A UNT N2	21.06	–2.32	–0.50
EMBRAER ON NM	23.38	–2.05	–0.49
ENGIE BRASILON NM	44.11	–1.78	–0.80

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	35.84	+1.24	+0.44
VALE ON NM	74.21	+0.47	+0.35
BRADESCO PN N1	17.55	+0.75	+0.13
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	32.89	+0.49	+0.16
RUMO S.A. ON NM	22.21	–2.67	–0.61

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	37.306,02	+0,00
NASDAQ Composite	14.905,194	+0,62
CAC 40	7.568,86	-0,37
FTSE 100	7.614,48	+0,50
DAX	16.650,55	-0,60
Ftse Mib	30.241,02	-0,44

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (13/12)	11,75%
Poupança 3 (19/12)	0,6057%
TR (19/12)	0,1052%
IGP-M	0,59% (nov.)
IPCA	0,28% (nov.)
CDI (13/12)	11,65%
OURO BM&F/grama	R$ 320,94
EURO Comercial	Compra: 5,3533 Venda: 5,3539
EURO turismo	Compra: 5,4128 Venda: 5,5928
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9399 +0,00%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9041 Venda: 4,9047
DÓLAR turismo	Compra: 4,9255 Venda: 5,1055

Economia

MERCADOS

Bolsa renova máxima histórica, sobe 0,68% e fecha a 131 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) renovou máxima histórica de fechamento ontem, aos 131.083,82 pontos, em alta de 0,68% na sessão. Ontem, oscilou dos 130.198,41 aos 131.447,26, saindo de abertura aos 130.202,35 pontos. O giro financeiro ficou em R$ 22,6 bilhões ontem, bem mais acomodado do que nas sessões anteriores. No mês, o Ibovespa (Índice Bovespa) avança 2,95%, colocando o ganho do ano a 19,46%.

Com agenda relativamente esvaziada nesta primeira sessão da semana, a alta em torno de 2% para o petróleo - após novo ataque de rebeldes do Iêmen a navio no Mar Vermelho, importante via de escoamento do petróleo do Oriente Médio - deu suporte às ações de Petrobras, que fecharam o dia com ganho de 2,05% (ON) e 1,24% (PN).

Assim como para os grandes bancos, o dia foi positivo também para Vale (ON +0,47%) e para o setor metálico (Gerdau PN +1,33%, CSN ON +2,77%), apesar da queda de 1,59% do minério de ferro em Dalian (China). Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque para Alpargatas (+6,36%), Braskem (+4,37%) e PetroRecôncavo (+3,75%), com Casas Bahia (-8,33%), Rumo (-2,67%) e Klabin (-2,32%) no lado oposto.

Lucas Serra, analista da Toro Investimentos destaca a alta em torno de 2% para o petróleo Brent, que o recoloca na casa de US$ 78 por barril, em recuperação após ter sido negociado recentemente a US$ 73.

Com altas do petróleo entre 1,44% (WTI) e 1,83% (Brent), Petrobras ON ganhou 2,05% e Petrobras PN, 1,24%. Vale ON subiu 0,47%, ignorando a queda de 1,59% do minério de ferro na bolsa de Dalian, na China.

DÓLAR CAI A R$ 4,9048

O dólar caiu 0,66% em relação ao real no segmento à vista, a R$ 4,9048, o menor nível desde 6 de dezembro. Segundo operadores, a baixa da moeda americana reflete um movimento de realização dos lucros, amparado pelo maior apetite global por risco. O aumento dos preços de commodities também favoreceu a divisa brasileira, com fluxo positivo para o País, segundo profissionais.

A divisa americana ficou próxima da estabilidade em relação ao real durante a maior parte da manhã, quando chegou a tocar a máxima de R$ 4,9513 (+0,29%), puxada pela demanda corporativa para remessas ao exterior. À tarde, passou a cair, até a mínima de R$ 4,8930 (-0,9%).

RELATÓRIO

OCDE: mudanças climáticas afetam crescimento do Brasil

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os eventos extremos provocados pela mudança climática estão prejudicando a infraestrutura brasileira e comprometendo o crescimento do país, informou ontem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No relatório Estudos Econômicos da OCDE: Brasil, documento bianual com perspectivas para o país, a organização sugere planejamento nas obras públicas, novas políticas urbanas e o cumprimento mais amplo do Código Florestal.

"A infraestrutura pública (do Brasil) é particularmente vulnerável a choques climáticos em meio a uma rápida, não planejada e descontrolada urbanização", destacou a OCDE, organização formada por países que se comprometem com metas econômicas, sociais, ambientais e institucionais e à qual o Brasil está em processo de adesão. Segundo a organização, tanto as secas como as enchentes trazem prejuízos à infraestrutura brasileira.

"Secas frequentes e aumento das temperaturas vão criar desafios para fornecimento de energia, particularmente de fontes hidrelétricas", destacou o relatório. Em relação às chuvas, a OCDE ressalta que os deslizamentos e as enchentes trazem prejuízos às cidades e ao transporte. "As enchentes compõem 65% dos riscos naturais (no Brasil), e os danos associados a enxurradas e deslizamentos foram responsáveis por 74% das mortes relacionadas a desastres naturais entre 1991 e 2010", informa o documento.

A OCDE cita um estudo do Banco Mundial de 2021 segundo o qual a mudança climática custa 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) a cada ano para as empresas do país. Segundo o relatório, 55% dos prejuízos afetam as infraestruturas de transporte, 44%, o fornecimento de energia e 2%, o abastecimento de água. O relatório destaca que a queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas entre 2013 e 2021 ameaçou o fornecimento de energia num país onde dois terços da matriz energética está associado às hidrelétricas.

RECOMENDAÇÕES

O relatório forneceu uma série de recomendações ao Brasil para enfrentar as mudanças climáticas. A primeira diz respeito à melhoria do planejamento, do financiamento e da entrega de empreendimento de infraestrutura para considerarem a resiliência climática. Segundo a OCDE, os projetos precisarão ter apoio legislativo, orçamentário e claras responsabilizações que considerem eventos climáticos extremos.

"Um portfólio otimizado de ativos de infraestrutura levaria em conta a análise do custo-benefício, com alguns ativos [empreendimentos] sendo resilientes ao clima, mas não necessariamente todos", aconselhou o relatório.

A OCDE também pediu revisões das políticas urbanas para evitar novas construções em áreas de risco e reduzir o impacto das mudanças climáticas. "Elaborar diretrizes para apoiar as prefeituras em levantar os riscos climáticos e integrá-los ao planejamento fundiário e fornecer mapas de riscos e acesso a informações climáticas às prefeituras para que executem o levantamento de perigos melhoraria o planejamento urbano", destacou o documento. O relatório também pediu mais investimentos em transporte coletivo para reduzir a vulnerabilidade da infraestrutura deste setor,

De maneira mais ampla, a OCDE pediu o desenvolvimento do mercado de carbono, com a melhoria dos mecanismos de precificação das emissões de gás carbônico, para reduzir a emissão. Por meio desse mercado, investidores de países desenvolvidos financiam projetos de recuperação florestal ou de desenvolvimento socioambiental em troca de emitirem carbono nos países de origem.

A organização também pediu o reforço do cumprimento da legislação contra o desmatamento. "Um cumprimento mais rigoroso do Código Florestal, somado a recursos mais adequados para as agências reguladoras, deve ajudar a reduzir o desmatamento", destacou.

BERNARD APPY

Reforma é um dos principais itens para maior produtividade do País

FERNANDA TRISOTTO E AMANDA PUPO/AE

O secretário extraordinário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse ontem, que os efeitos da reforma tributária recém-aprovada pelo Congresso compõem um dos principais itens da agenda de aumento de produtividade do País. A observação foi feita no evento de divulgação do relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2023 sobre o Brasil, documento que vê com bons olhos o avanço da reforma no sistema brasileiro de tributos sobre o consumo.

Appy também destacou que o governo e o Legislativo ainda precisarão se debruçar sobre a reforma do Imposto de Renda, assunto sobre o qual a OCDE seria uma das referências para o Executivo, observou o secretário.

Ele aproveitou a fala para agradecer aos parlamentares pela aprovação da reforma e exaltou o papel do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na agenda, classificado por ele como "decisivo" "Conseguimos uma construção técnica e política que permitiu a aprovação da reforma tributária no Brasil", disse o secretário, pontuando também que os efeitos da mudança são de longo prazo e que ainda há um "grande desafio" com a regulamentação da emenda constitucional, que deve ser promulgada nesta quarta-feira, 20.

No relatório divulgado nesta segunda, a OCDE aponta que a sustentabilidade da dívida pública no Brasil só será garantida com um arcabouço fiscal crível, uma reforma tributária efetiva e eficiência nos gastos públicos. "Uma falha na implementação da reforma tributária implicaria um crescimento mais baixo, o que seria suficiente para questionar a sustentabilidade da dívida pública. Uma consolidação fiscal mais baixa (exemplificada por um superávit primário equilibrado a partir de 2025) levaria a uma trajetória de dívida claramente insustentável, com o nível da dívida atingindo 100% do PIB já em 2037 e com uma forte inclinação para cima. Um pacote mais ambicioso de reformas estruturais impulsionaria o crescimento potencial e levaria a uma queda na relação dívida-PIB", pontua o documento.

A OCDE e o Ministério da Fazenda divulgaram o relatório Brasil 2023 nesta segunda-feira. O documento examina o desempenho econômico do País diante de desafios globais e do mercado interno, trazendo recomendações para o enfrentamento de desafios estruturais, com vias de garantir ao Brasil um crescimento robusto, inclusivo e sustentável a médio e longo prazo.

PROGRAMA

Banco do Brasil renegocia R$ 22,5 bi em dívidas no Desenrola

MATHEUS PIOVESANA/AE

O Banco do Brasil renegociou R$ 22,5 bilhões em dívidas de clientes através do Desenrola, programa de repactuação criado pelo governo federal. De acordo com o banco, foram beneficiados mais de 1 milhão de clientes pessoas físicas e 76 mil micro e pequenas empresas clientes do BB, além de mais de 1 milhão de clientes na Ativos S.A., a empresa de recuperação de créditos do conglomerado.

O chamado Faixa 1, segmento do Desenrola que renegocia as dívidas de pessoas com renda mensal abaixo de dois salários mínimos, teve o prazo estendido de 31 de dezembro deste ano até 31 de março do ano que vem. O governo tenta aumentar a adesão dessa camada da população ao programa, e fez um "Dia D" em 22 de novembro.

No BB, foram renegociados R$ 183 milhões de 367 mil clientes no Faixa 1, sendo R$ 131 milhões pelo banco e R$ 51,7 milhões na Ativos. No Dia D do Desenrola, o BB fez mais de 10 mil operações, que somaram R$ 5 milhões. De 22 de novembro até o dia 12 deste mês, houve um aumento de 78% no volume de dívidas negociado no Faixa 1 em relação aos períodos anteriores.

Em nota, a presidente do BB, Tarciana Medeiros, afirma que o Desenrola é um exemplo dos resultados de ações coordenadas para a sociedade. Todos os maiores bancos do País aderiram ao Desenrola, e têm renegociado as dívidas dos clientes.

"Aproveitamos a força do programa Desenrola e ampliamos o alcance para demais públicos inadimplentes, pessoas físicas em geral e micros e pequenas empresas, enfatizando que o BB disponibiliza solução para que o cliente renegocie suas dívidas, resgatando sua dignidade financeira e de suas famílias", diz a executiva.

O público PJ não está enquadrado no Desenrola original, mas o BB estendeu as condições do programa a estes clientes.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

BC/Focus

Mercado reduz previsão da inflação de 4,51% para 4,49% este ano

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve redução, passando de 4,51% para 4,49% este ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2024, a projeção da inflação permaneceu em 3,93%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2023 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%.

Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de o índice oficial superar o teto da meta em 2023 é 67%. A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda se situa dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em novembro, o aumento de preços dos alimentos pressionou o resultado da inflação. O IPCA ficou em 0,28%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual foi maior que a taxa de setembro, que teve alta de 0,24%.

A inflação acumulada este ano atingiu 4,04%. Nos últimos 12 meses, o índice está em 4,68%.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 11,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas.

PIB E CÂMBIO

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano permaneceu em 2,92%. Para 2024, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,51%. Para 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 30º 20º 95% 05:13 18:50 **PRIMAVERA:** Aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite de céu limpo.

2024

Aéreas anunciam plano com passagens a R$ 799

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

As três maiores companhias aéreas do Brasil - Azul, Gol e a Latam - anunciaram, ontem, em Brasília, oferta passagens entre R$ 699 e R$ 799 por trecho viajado em 2024. Juntas, irão disponibilizar mais de 25 milhões de bilhetes aéreos.

A medida faz parte da primeira etapa do Programa de Universalização do Transporte Aéreo, detalhado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, aos lados dos diretores das três empresas, como estratégia para redução dos preços de passagens aéreas e queda dos custos de operações no país, em 2024.

Outras ações apresentadas pelas empresas estão: valores mais acessíveis para bilhetes comprados com até 14 dias de antecedência da data da viagem, inclusão de serviços de remarcação sem cobrança de taxa adicional, oferta de tarifas mais acessíveis para compras realizadas em determinados dias da semana; aumento no número de oferta de voos; ampliação da frota aérea, gratuidade no despacho de bagagens e marcação de assento para compras feitas em cima da hora e aumento na oferta de assentos.

O ministro acredita que as medidas anunciadas tornarão os voos domésticos mais acessíveis aos passageiros. "Um conjunto de pacotes que vai beneficiar o consumidor final brasileiro. E a primeira etapa (do Programa de Universalização do Transporte Aéreo), ao longo de 2024, vamos, cada vez mais, ao lado das aéreas, ao lado de todo o governo, perseguir para que a gente possa ter uma redução nas tarifas no Brasil e fazer com que, ao final, o consumidor brasileiro viaje mais."

Para Silvio Costa Filho, os planos das aéreas são fruto do constante diálogo entre o governo federal e as empresas. "O governo não pode fazer qualquer intervenção, até porque são empresas privadas e nós temos o livre comércio. O que nós estamos fazendo é um trabalho de sensibilização."

PREÇO MÉDIO

Os preços dos bilhetes aéreos com tarifas máximas, de R$ 699 e R$ 799 por trecho, ficaram, no entanto, acima da tarifa aérea real média em voos domésticos, divulgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). No último levantamento da agência reguladora, em setembro de 2023, o preço médio chegou a R$ 748, o maior do ano. O painel da Anac apresenta os dados das tarifas aéreas comercializadas desde 2002.

Questionado sobre como as tarifas anunciadas pelas companhias acima do recorde apurado pela Anac tornariam as passagens mais baratas, o ministro de Portos e Aeroportos entende que, ainda assim, a população poderá ser beneficiada. "A gente está perseguindo esse valor para que possa haver uma redução, mas sem dúvida alguma, a gente vai ter, sobretudo, comprando com antecedência, passagens mais baratas, nessa agenda que a gente tem trabalhado," avalia o ministro.

Lula critica 'passagem de R$ 10 mil' de Macapá a Brasília e diz que preço 'não tem explicação'

CAIO SPECHOTO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem, o preço das passagens aéreas no Brasil e disse que o governo terá de "se debruçar" sobre o assunto. Ele deu as declarações em Macapá, capital do Amapá, onde foi entregar unidades do Minha Casa, Minha Vida e fazer anúncios na área de energia.

"De vez em quando uma passagem de avião daqui (de Macapá, capital do Amapá) para Brasília chega a custar R$ 10 mil. Não tem explicação", disse o presidente. "Não tem explicação o preço das passagens de avião neste País. Essa é uma coisa que o governo vai ter que se debruçar, o Senado vai ter que se debruçar para a gente tentar encontrar uma solução", disse Lula.

O governo do petista planeja um programa para baratear preços de passagens aéreas, o Voa Brasil. A medida era esperada para este ano. O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, porém, disse ontem ficará para 2024.

O Voa Brasil foi mencionado pela primeira vez no primeiro semestre deste ano, quando o ministro de Portos e Aeroportos ainda era Márcio França. A ideia seria oferece passagens a R$ 200 para alguns setores da população. Segundo Costa Filho, a apresentação do programa deve ser na segunda quinzena de janeiro.

São Paulo

TRT condena Sabesp a pagar pensão a beneficiários de aposentados

CAROLINA MAINGUÉ PIRES/AE

A 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região do Estado de São Paulo (TRT-2) decidiu coletivamente e por unanimidade, que a Sabesp deverá pagar complementos de pensão a beneficiários de aposentados que pedem a quitação dos valores, após a companhia de saneamento argumentar que os cálculos deveriam se limitar à data de falecimento dos funcionários aposentados.

Segundo acórdão publicado na sexta-feira passada, incluem-se na condição de beneficiários do direito material tanto os empregados aposentados como seus pensionistas. Os magistrados seguiram argumentação da desembargadora Bianca Bastos, relatora do processo.

Ela considerou ainda que a Sabesp deve implantar os aumentos/reajustes salariais correspondentes aos níveis de enquadramento do beneficiário no novo Plano de Cargos e Salários sempre que a nova estrutura remuneratória implicar aumento geral ou por categoria. Segundo nota divulgada pelo TRT-2, os valores em questão devem contemplar 2,8 mil beneficiários, e a dívida total ultrapassa R$ 1,2 bilhão.

Além da determinação para que os pensionistas sejam considerados aptos a receber o valor corrigido, a 9ª Turma decidiu que "é legítima" a representação coletiva em nome da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Sabesp (AAPS), porém na fase executória. "Apesar de constar do acórdão do primeiro agravo de petição interposto que as execuções deveriam ser sempre individuais, estas, segundo a interpretação da lei consumerista, podem ser individuais ou coletivas, desde que as liquidações sejam individuais".

A execução trabalhista inicia quando há um acordo não cumprido por parte de um devedor, enquanto a liquidação diz respeito à fase em que é calculado o valor do que foi objeto de condenação. Nesse sentido, a liquidação individual significa que cada beneficiário deverá propor ação própria.

De todos os modos, a solução final ainda depende de decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que em abril de 2023 suspendeu julgamento de recursos relacionados ao processo em virtude de pedido de vista da ministra Maria Helena Mallmann.

IFR

Preço médio do frete em novembro cai 7,1% a R$ 6,41

CAROLINA MAINGUÉ PIRES/AE

O preço médio do frete por quilômetro rodado fechou novembro a R$ 6,41, uma redução de 7,1% em relação à média de outubro (R$ 6,90), segundo o Índice de Frete Edenred Repom (IFR), levantamento com base em 8 milhões de transações anuais de frete e vale-pedágio administradas pela Edenred Repom. A média de novembro foi a mais baixa do ano.

Para Vinicios Fernandes, diretor da empresa responsável pelo levantamento, o recuo tem relação com a desaceleração da segunda safra do milho e com a queda no valor do preço médio do diesel, registrada especialmente na região Centro-Oeste.

Congresso

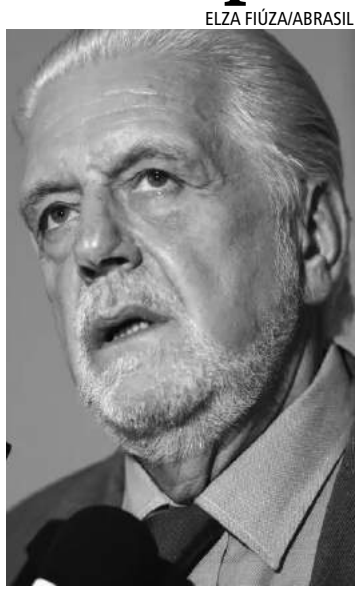
Wagner critica alta absurdo de emendas impositivas

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA) (**foto**), criticou ontem o que considera um "crescimento absurdo" das emendas parlamentares impositivas. Segundo ele, para o ano que vem deve haver entre R$ 52 bilhões e R$ 54 bilhões nesse tipo de emenda. "Não sei se o governo terá esse volume para fazer investimento discricionário", disse o líder.

Para Wagner, esse tipo de emenda apresentada por parlamentares com execução obrigatória pelo governo é uma anomalia do sistema que se consolidou nos últimos quatro anos e continuou no primeiro ano do atual governo. "Isso vai tirando a discricionariedade do governo. É um problema porque, uma parte das emendas se encaixam nos programas do governo, mas tem um volume grande de emendas que são dispersas", avalia.

ELZA FIÚZA/ABRASIL



O líder chegou a sugerir que seja realizado um novo plebiscito para definir o sistema de governo do país. "Eu não sou parlamentarista, mas era melhor que se fizesse um plebiscito. Pelo menos no parlamentarismo, se tiver gastança dispersa, a responsabilidade é do governo do Parlamento, e o governo cai. Aqui (no presidencialismo), você pode gastar as emendas e se depois alguma coisa falta, a culpa é do Executivo", explicou.

Ele também criticou a derrubada do veto presidencial ao projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento. Segundo o líder, o Congresso ainda não entendeu que a presidência está "sob nova direção", que é totalmente diferente da anterior. "O presidente [Lula] é muito mais da reciprocidade e do reconhecimento do que da faca no pescoço. Quando os dois vão se reconhecer nessa nova modalidade, eu ainda não tenho essa bola de cristal. Mas vai ter que acomodar, porque essa não é a normalidade das coisas".

Gestão Tarcísio

Marcelinho Carioca, vítima de sequestro, é localizado pela polícia

RENATA OKUMURA , MARCELO GODOY E GONÇALO JUNIOR/AE

A Polícia Civil de São Paulo localizou ontem à tarde, o ex-jogador Marcelinho Carioca. O veículo do atleta aposentado, uma Mercedes, havia sido achado mais cedo na região de Itaquaquecetuba, Grande São Paulo. As circunstâncias do desaparecimento ainda são investigadas.

Dois suspeitos de participação no crime foram detidos pela Polícia Militar e levados ao 50º Distrito Policial, no Itaim Paulista, zona leste. Nenhum deles confessou participação no delito. A polícia investiga um pedido de R$ 30 mil feito à família do ex-atleta, que transferiu o dinheiro.

A suspeita é de que tenham emprestado as contas bancárias para receber o depósito inicial dos R$ 30 mil. Um terceiro suspeito também foi preso, informou a polícia.

Segundo investigadores do caso, o jogador conheceu uma mulher durante um show e saiu com ela da Neo Química Arena, estádio do Corinthians, onde ocorria o evento.

A Divisão Antissequestro e policiais do Decap (Departamento de Polícia Judiciária da Capital) e do Demacro (Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo) estão investigando o crime.

Em nota, a prefeitura de Itaquaquecetuba negou que o sequestro tenha ocorrido na cidade, mas, sim, segundo a gestão municipal, na zona leste da capital. "Segundo informações das autoridades policiais, o veículo teria sido visto rodando, na madrugada, em Cidades Tiradentes, bairro da zona leste paulista."

Marcelinho foi secretário de Esporte e Lazer de Itaquaquecetuba, mas não exerce a função "há meses", segundo a prefeitura, que lamentou o ocorrido e disse torcer "para que, o quanto antes, as investigações apontem os responsáveis pelo crime".

POST

No seu perfil oficial do Instagram, Marcelinho Carioca fez uma publicação direto do camarim do cantor Thiaguinho no estádio do Corinthians, a Neo Química Arena, na zona leste de São Paulo.

No vídeo, o ex-jogador aparece feliz por estar ao lado do cantor "O monstro está aqui. O gigante está aqui", disse Marcelinho. Ao ser abraçado por Thiaguinho, também é elogiado. "Eu estou no camarim do Corinthians com o meu maior ídolo. Eu te amo muito", declarou o cantor. "O palco é dele. O show lá dentro é dele", acrescentou Marcelinho.

Com o desaparecimento do ex-jogador, muitos internautas postaram mensagens de apoio, desejando que Marcelinho seja o quanto antes encontrado.

FLAMENGO

Marcelinho foi revelado pelo Flamengo e alçado ao time principal pelo técnico Telê Santana quando tinha apenas 16 anos. A estreia como profissional aconteceu em 1988, substituindo o ídolo Zico em um clássico com o Fluminense. Marcelinho fez parte de conquistas importantes no Flamengo, como a Copa do Brasil (1990), Carioca (1991) e Campeonato Brasileiro (1992).

O jogador foi negociado com o Corinthians em 1993, quando passou a ser chamado de Marcelinho Carioca. Apesar de ter ido contra a transferência, o jogador teve identificação imediata com a torcida e viveu o seu auge com a camisa alvinegra.

Marcado pela destreza na bola parada, especialmente nas cobranças de falta, ele empilhou títulos pelo time do Parque São Jorge: Paulistão (1995, 1997, 1999 e 2001), Campeonato Brasileiro (1998 e 1999), Copa do Brasil (2000) e Mundial de Clubes da Fifa (2000).

Marcelinho também acumulou passagens por Vasco, Santos e Valência antes de se aposentar. Após pendurar as chuteiras, ele se formou em Jornalismo e trabalhou como comentarista. Posteriormente, ingressou na carreira política e até janeiro ocupou o cargo de secretário municipal de esporte e lazer de Itaquaquecetuba.

Ônibus de graça

'Programa caça votos' de Nunes agrada passageiros

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O número de passageiros que utilizaram os ônibus municipais na capital paulista no domingo passado, quando foi implantado o Programa Domingão Tarifa Zero, cresceu 35% em relação aos domingos anteriores, ao passar de 2,2 milhões para 2,9 milhões de pessoas. Segundo balanço da prefeitura, nas regiões periféricas, o aumento de usuários chegou a 38%. O passe livre foi iniciado à 0h de domingo e acabou às 23h59.

Gratuidade valerá também no Natal e Ano Novo, além do aniversário de São Paulo (25 de janeiro), além dos domingos daqui em diante, já que o Domingão Tarifa Zero é permanente e já estabelecido por decreto.

O benefício vale para todas as linhas e tem como objetivo incentivar o uso do transporte público, ampliar o acesso ao lazer, melhorar a economia e a oferta de empregos. Os passageiros devem usar o Bilhete Único para passar pela catraca, porém a tarifa não será cobrada no validador. Quem ainda não tem o bilhete tem a passagem pela catraca liberada pelo cobrador ou motorista.

"Tivemos muita utilização dos usuários com destinos à Praça da Sé, aos parques do Carmo e Ibirapuera e a partir de agora as pessoas podem aproveitar ainda mais a cidade aos domingos, junto com a família, podem visitar os seus familiares, além de curtir os espaços culturais, religiosos, centros esportivos e de lazer. É uma alegria muito grande para a gente ver a população curtindo, sem deixar que os ônibus fiquem ociosos", disse o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes.

Segundo a prefeitura, os técnicos da SPTrans acompanharam a operação, monitorando as linhas mais movimentadas, e orientaram os passageiros em seus deslocamentos pela cidade.

Ao longo do domingo não houve registro de problemas nos postos da SPTrans a respeito do novo programa. "O sistema de bilhetagem eletrônica funcionou dentro do programado, proporcionando que o passageiro deixe seu registro pela catraca, informação fundamental para garantir o bom planejamento do sistema e realizar os ajustes necessários para os próximos domingos."

Ao acompanhar o início da implantação do programa, o prefeito Ricardo Nunes disse que o principal motivo do passe livre é possibilitar que as pessoas conheçam a cidade e possam curtir o lugar onde vivem.

IPI

Comissão aprova isenção para carros adquiridos por igrejas

ALEX BRAGA/AE

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta que isenta os automóveis adquiridos por entidades assistenciais e instituições religiosas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributo federal que incide sobre os produtos fabricados no País ou importados.

De autoria do deputado licenciado Pastor Gil (PL-MA), o projeto de lei diz que o benefício poderá ser usado pela instituição uma vez a cada cinco anos. E caso haja a venda do veículo até três anos após a compra, o IPI deverá ser recolhido da entidade. O intuito da iniciativa, segundo o parlamentar, é "ampliar a abrangência" dos trabalhos destas instituições. "A caridade se faz essencial para melhorar a vida de pessoas que passam por problemas graves por falta de assistência", argumenta ele na justificativa.

Ainda de acordo com o texto, entende-se por filantropia a "pessoa jurídica que presta serviços à sociedade, principalmente às pessoas mais carentes, e que não possui como finalidade a obtenção de lucro."

Agora, o projeto será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). O texto tramita em caráter conclusivo, ou seja, não será apreciado pelo plenário da Câmara dos Deputados, a não ser que haja requerimento.

BOM FILHO...

Randolfe Rodrigues anuncia volta ao PT

CAIO SPECHOTO
E SOFIA AGUIAR/AE

O líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues, anunciou ontem, que voltará ao PT, partido ao qual foi filiado até 2005. Randolfe deixou a Rede em maio e ficou sem legenda.

O senador deu a declaração em Macapá, capital do Amapá, em cerimônia de entrega de unidades do Minha Casa, Minha Vida ao lado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Randolfe fez uma série de elogios ao PT. Depois, indicou sua filiação à legenda.

"No início desse ano foi necessário um desligamento partidário meu. Me perguntam, presidente, qual a minha escolha partidária. Eu lhe respondo em primeira mão, para o senhor e para todos os que estão ouvindo, o meu partido é o partido de Lula. Eu estarei no partido de Lula onde o partido de Lula estiver, porque estou ao lado da maior liderança política da história desse país", declarou Randolfe.

Diversos destinos foram especulados para o senador, incluindo MDB e PSB.

O anúncio nesta segunda-feira foi inesperado e pegou até a equipe do político de surpresa.

ATIVIDADES POLÍTICAS

Lula retoma reuniões da Granja do Torto

CAIO SPECHOTO
E SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reativará a Granja do Torto na próxima quinta-feira, como cenário de suas atividades políticas. Ele fará uma confraternização com os ministros de seu governo no local às 20h.

Em sua primeira gestão, de 2003 a 2010, Lula costumava convidar aliados e amigos para discutir política e jogar futebol no Torto Dessa vez, o compromisso será um jantar. O presidente, de 78 anos, operou uma artrose no fim de setembro. Durante a recuperação, publicou vídeo chutando uma bola e dizendo que logo estaria "perfeito para voltar a jogar bola".

A Granja do Torto é uma instalação da Presidência da República e serve como residência oficial. O presidente e a primeira-dama, Janja Lula da Silva, visitaram o local na transição de governo para decidir se ficariam na casa até poderem se mudar para o Palácio da Alvorada. Eles acabaram passando o período todo em um hotel próximo à Esplanada dos ministérios até 6 de fevereiro, quando foram para o Alvorada.

A confraternização com ministros ocorrerá um dia após o chefe do Executivo realizar reunião ministerial para avaliar o trabalho da gestão em um ano. O encontro está previsto para amanhã, e todos os chefes das pastas devem ser convidados.

Nota

EDUARDO TUMA É REELEITO PRESIDENTE DO TCM-SP APÓS ATRITO ENTRE CORTE E GESTÃO NUNES

O Tribunal de Contas do Município de SP (TCM-SP) definiu ontem, a composição de sua direção para o exercício de 2024. Em sessão especial, o conselheiro Eduardo Tuma foi reeleito presidente da Corte, com apoio unânime do colegiado. Já o conselheiro Roberto Braguim foi reeleito vice-presidente, e Ricardo Torres assumiu o posto de conselheiro-corregedor. Domingos Dissei continua como dirigente do Núcleo de Tecnologia da Informação, enquanto João Antonio permanece como dirigente da Escola de Gestão e Contas (EGC). "Estamos promovendo mudanças na cidade, acolhido o cidadão paulistano, proporcionando a melhor política pública com a maior eficiência possível", declarou Tuma, que seguirá no comando do TCM em 2024, ano em que o Tribunal estará sob os holofotes devido à eleição para a Prefeitura de São Paulo. Em setembro passado, a Corte foi alvo de críticas do prefeito Ricardo Nunes (MDB) após publicar um relatório em que apontava um superfaturamento de R$ 67,1 milhões em 18 obras emergenciais contratadas pela gestão do emedebista, entre 2021 e 2022.

POSSE DE GONET

Lula pede que MP não ache que todo político é corrupto

CAIO SPECHOTO, SOFIA AGUIAR E LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu em seu discurso na posse de Paulo Gonet como procurador-geral da República que o Ministério Público não ache que todo político é corrupto. O petista voltou a pregar contra a negação da política, e citou os ataques de 8 de janeiro como consequência da deslegitimação da atividade.

"Não existe a possibilidade de o Ministério Público achar que todo político é corrupto", disse o presidente da República ontem. Ele também declarou que acusações levianas não fortalecem a democracia e disse que não se deve permitir vazamentos de investigações antes de a veracidade das informações ser confirmada.

A fala de Lula na posse da PGR tem simbolismo porque o petista foi o principal alvo da Operação Lava Jato. O presidente ficou preso 580 dias por causa da operação, e depois teve os casos anulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A reação à Lava Jato é uma tônica de seu governo, apesar de Lula não ter mencionado a operação no discurso.

O presidente da República pediu a Gonet para que ele não faça o Ministério Público "se diminuir" diante da expectativa da população. Afirmou que o novo PGR deve ser o mais sincero, honesto e duro possível - mas também o mais justo possível.

Lula também disse que nunca pedirá um favor pessoal ao novo procurador-geral, e que o MP precisa "jogar o jogo de verdade".

Não é competência do MP reformular políticas públicas, diz novo procurador

O novo chefe da Procuradoria-Geral da República (PGR), Paulo Gonet, disse em seu discurso de posse que sabe que não é competência do Ministério Público reformular políticas públicas. "Essas decisões essenciais estão reservadas ao povo, que se expressa pelos representantes eleitos para isso". Gonet ressaltou que ao Ministério Público cabe a função de garantir que as políticas públicas determinadas pela Constituição sejam colocadas em prática.

"A harmonia entre os Poderes é pressuposto para o funcionamento proveitoso e resoluto do próprio Estado Democrático de Direito. A isso o Ministério Público deve ater-se", afirmou o PGR ao tomar posse ontem.

De acordo com Gonet, o Ministério Público vive um momento "crucial" na história da República democrática e a instituição deve recuperar os "altos valores constitucionais que inspiraram a sua concepção única na histórica".

RENATO CARIANI

PF indicia 'bombadão' da internet por associação para tráfico

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal (PF) indiciou o empresário e influenciador fitness Renato Cariani por tráfico equiparado, associação para o tráfico e lavagem de dinheiro.

O delegado concluiu, com base nas provas colhidas até o momento, que há indícios suficientes contra o influenciador. Caberá ao Ministério Público decidir se apresenta ou não denúncia no caso

O enquadramento por tráfico equiparado, e não por tráfico de drogas, ocorreu porque o influenciador não suspeito de comercializar drogas, mas de intermediar produtos químicos para a produção de cocaína e crack.

Cariani foi alvo da Operação Hinsberg na semana passada. Os policiais fizeram buscas em endereços comerciais e na casa do influenciador. Ele esteve nesta segunda-feira, 18, na sede da PF em São Paulo para prestar depoimento e negou irregularidades.

Após a operação, a Procuradoria em São Paulo pediu novamente a prisão preventiva de Cariani, mas a Justiça Federal negou o pedido por considerar que o material apreendido não é suficiente para justificar a prisão nesta fase.

Os investigadores estimam que a empresa do influenciador teria lucrado ao menos R$ 3,7 milhões com a venda de insumos para o tráfico de drogas.

Renato Cariani tem mais de 14 milhões de seguidores no Instagram e no YouTube. Nas redes sociais, rebateu a Polícia Federal e afirmou que sua empresa funciona regularmente há mais de 40 anos Também negou ligação com o empresário preso pela PF.

BOLSONARISMO

Promotoras denunciam Mamãe Falei por falas sexistas sobre mulheres ucranianas

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) denunciou o ex-deputado estadual Arthur do Val, o Mamãe Falei, por falas sexistas sobre mulheres ucranianas. Ele é acusado de discriminação e preconceito de gênero.

A denúncia é mais um desdobramento dos áudios enviados pelo ex-deputado em um grupo no WhatsApp sobre o conflito entre a Rússia e Ucrânia. Ele afirmou que as mulheres ucranianas são "fáceis, porque são pobres". A divulgação das mensagens levou à cassação do mandato de Do Val, em maio do ano passado, por quebra de decoro parlamentar.

O MP afirma que afirma que o ex-deputado "preconceituosamente desqualificou" e "inferiorizou" as mulheres, "notadamente a dignidade e liberdade sexuais".

"A prática misógina representa inaceitável, gravíssima e odiosa discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais", diz um trecho da denúncia.

Promotoras de Justiça do Grupo de Especial de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância do Ministério Público assinam a denúncia.

Cabe agora do Tribunal de Justiça de São Paulo decidir se recebe as acusações e abre uma ação penal contra o ex-deputado.

Uma queixa-crime sobre o caso na Justiça Federal já foi arquivada.

VAGA NO SENADO

Moro 'Não tem saída' e será cassado, diz Valdemar Costa Neto

JULIANO GALISI/AE

"Não desejo o mal para ele, mas não tem saída". A declaração é de Valdemar Costa Neto, presidente do Partido Liberal (PL), a respeito da cassação do senador do Paraná Sergio Moro (União Brasil). Ao blog da jornalista Andreia Sadi, no g1, Valdemar afirmou não ter dúvidas da cassação de Moro. O ex-ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro é investigado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) por abuso de poder econômico nas eleições de 2022.

A acusação no TRE-PR é protocolada pelo próprio Partido Liberal e pela Federação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV). Os partidos alegam que Moro teria causado um desequilíbrio eleitoral com gastos excessivos de pré-campanha. Em parecer protocolado na noite da última quinta-feira, a Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná (PRE) se manifestou pela procedência dos pedidos formulados nas ações.

GASTOS

De acordo com os requerentes, as irregularidades começaram quando Sergio Moro ainda era pré-candidato à presidência da República. A candidatura do ex-ministro à presidência foi descartada em maio de 2022. Para se candidatar ao Legislativo, Moro saiu do Podemos rumo ao União Brasil. Apenas os gastos na pré-campanha ao Senado alcançaram a marca de R$ 2 milhões.

O parecer assinado pelos procuradores eleitorais Marcelo Godoy e Eloísa Helena Machado sustenta que esse volume de gastos excede o limite razoável. De acordo com a acusação, em todo o processo de campanha, Moro teria gasto R$ 7 milhões, quando o teto permitido pela lei seria de R$ 4,4 milhões.

"O que torna a pré-campanha dos investigados abusiva, in casu, é o investimento vultoso de recursos financeiros realizado para a promoção pessoal, gerando grande visibilidade da pré-campanha, em detrimento dos demais candidatos ao Senado do Paraná", diz o documento.

O parecer lista despesas com viagens, coletivas de imprensa, assessoria de comunicação, serviços de advocacia e locação de veículos, entre outros. O uso "excessivo" desses recursos, segundo os procuradores, comprometeu a "lisura" e a "legitimidade" da eleição.

Santa Cruz 1439 Point Comércio de Alimentos Ltda.

CNPJ nº 37.882.857/0001-92

Edital de Convocação

Ficam os senhores sócios da **Santa Cruz 1439 Point Comércio de Alimentos Ltda**. ("Sociedade"), convocados, para se reunirem em Reunião de sócios a ser realizada no dia 29 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, em primeira convocação, de forma virtual, por vídeo conferência, por meio do procedimento de voto a distância para deliberar sobre (i) Rerratificação da Cláusula Quinta do Contrato Social; (ii) destituição do atual administrador (iii) eleição do novo administrador; (iv) alteração e consolidação do contrato social da Sociedade, em atenção a ordem do dia. Os sócios poderão acessar a reunião pelo link *https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmYzOTc3N2QtNmM5MC00MTg2LWE2MTctZTY1NmUxODRhNmE3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22075cf011-ca0f-49ec-a745-2e27f409a5e6%22%2c%22Oid%22%3a%22c364cd3a-c1b7-47dc-a5ad-d5bbbcf1d3d3%22%7d* . **Orientações Gerais**: Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia estão disponíveis para consulta, com antecedência legalmente exigida por meio de solicitação dos sócios no e-mail *societario@habibs.com.br*. 2. A pessoa presente na reunião deverá comprovar sua qualidade de sócio, bem como os documentos comprobatórios dos respectivos poderes de representação. 3. O Mandato para representação na reunião deverá ser encaminhado no e-mail *societario@habibs.com.br*, no mínimo com 2(dois) dias úteis de antecedência à realização da Reunião. Rio de Janeiro, 19/12/2023. (19, 20 e 21/12/2023)

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

CNPJ/MF nº 38.419.561/0001-00 – NIRE 33.300.335.366

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/12/2023

Data, Hora e Local: 15/12/2023, às 09:00 h na sede social da "Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ. **Convocação e Presença:** Assembleias realizadas independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Sr. Guilherme Braga Lacerda – Secretário. **Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** O senhor acionista, deliberou: **1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 41.000.000,00** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ 71.209.092,00 **para** R$ 30.209.092,00. **1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento **de 41.000.000** ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º – O capital social totalmente subscrito e integralizado é R$ 30.209.092,00, dividido em 30.209.092 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma.***"**2.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no Jornal Diário do Acionista, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **3.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli; Secretário: Sr. Guilherme Braga Lacerda Acionista Presente: Mirante Energética S.A. (neste ato representado pelos seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Rio de Janeiro, RJ, 15/12/2023. **Guilherme Braga Lacerda** – Secretário Designado.

Central Geradora Eólica Seridó X S.A.

CNPJ/MF nº 36.641.948/0001-73 – NIRE 33.300.340.491

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/12/2023

1. Data, Hora e Local: No dia 15/12/2023, na sede social da Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, às 09:10 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleias realizadas independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **4. Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** O senhor acionista deliberou: **5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 51.000.000,00** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ 105.609.092,00 **para** R$ 54.609.092,00. **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **51.000.000** ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado é R$ 54.609.092,00, dividido em 54.609.092 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma.***"**5.2.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **5.3.** Lavrar a presente ata em forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelo acionista e pelos integrantes da mesa que a presidiram. **7. Assinaturas:** Presidente: Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli; Secretário: Sr. Guilherme Braga Lacerda. Acionista: Mirante Energética S.A. (representado pelos seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). Rio de Janeiro, RJ, 15/12/2023. **Guilherme Braga Lacerda** – Secretário Designado.

Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.

CNPJ/MF nº 36.641.855/0001-49 – NIRE 33.300.341.226

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 15/12/2023

Data, Hora e Local: 15/12/2023, na sede social "Companhia", na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 09:20 horas. **Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Sr. Guilherme Braga Lacerda – Secretário. **Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** Por unanimidade: **5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 52.000.000,00** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ R$ 91.074.092,00 **para** R$ 39.074.092,00. **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **52.000.000** ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º – O capital social totalmente subscrito e integralizado é R$ 39.074.092,00, dividido em 39.074.092 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma.***"**5.2.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no Jornal Diário do Acionista, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **5.3.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas**: Presidente: Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli; Secretário: Sr. Guilherme Braga Lacerda. Rio de Janeiro, RJ, 15/12/2023.

Phoenix Geração de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 11.150.969/0001-65 – NIRE 33.300.324.127

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2023

1. Data, Local e Hora: No dia 11/12/2023, às 10h05 na sede social da Companhia, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Rio de Janeiro-RJ. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Guilherme Braga Lacerda – Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a proposta de redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e **(ii)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** O senhor acionista, no uso de suas atribuições e em conformidade com o estatuto social da Companhia, deliberou: **5.1.** Aprovar a redução do capital social em **R$ 6.079.581,00** o capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ 157.929.635,75 **para** R$ 151.850.054,75. **5.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, aprovar que a redução de capital será efetivada sem o respectivo cancelamento de ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º. O capital social é de R$ 151.850.054,75, dividido em 48.556.727 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.***" **5.3.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no Jornal Diário do Acionista, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **5.4.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Guilherme Braga Lacerda – Secretário. Acionista: Pérola Energética S.A. (neste ato representado por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). Rio de Janeiro-RJ, 11/12/2023. Assinatura: **Guilherme Braga Lacerda** – Secretário.

EÓLICA MANGUE SECO 4
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.3.0034051-3

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

1. Data, Hora e Local: No dia 08 de dezembro de 2023, às 12:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar, sala 1801, Botafogo, CEP: 22250-908. **2. Mesa**: Presidente - Sra. Cynthia Sisconetto Lemos; Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. **3. Presença**: Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **4. Convocação**: Dispensada a publicação dos editais de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4ª do art. 124, da Lei 6.404/76. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), a serem pagos ao acionista até o dia 31/12/2023. **6. Deliberações**: Após discutir e analisar o tema constante na ordem do dia e o balanço patrimonial da Companhia, o acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia e sem quaisquer restrições, aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), a serem pagos até o dia 31/12/2023. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **8. Assinaturas**: Mesa: Cynthia Sisconetto Lemos (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2023. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Cynthia Sisconetto Lemos -** *Presidente da Mesa;* **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca -** *Secretária.* JUCERJA: Certifico o arquivamento em 15/12/2023 sob o nº 00005939382, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Geração Bioeletricidade Holding S.A.

CNPJ/MF nº 15.012.353/0001-89 – NIRE 33.300.323.350

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2023.

Data, Local e Hora: 11/12/2023, na sede social da Companhia, às 14:45 h. **Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Sr. Guilherme Braga Lacerda – Secretário. **Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e **(ii)** outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: **1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 8.318.000,00**, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, passando o capital social, portanto, **de** R$ 382.964.208,97 **para** R$ 374.646.208,97. **1.1.** Registrar que o valor da redução de capital acima aprovada será pago aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de ações	%	Valor (em R$)
Tangará Energia S.A.	675.555.993	99,9999999%	8.317.999,99
Santo Ivo Energética S.A.	1	0,0000001%	0,012
Total	675.555.994	100	8.318.000,00

1.2. Registrar que ao acionista **Santo Ivo Energética S.A**. manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista **Tangará Energia S.A. 2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º** – O capital social da sociedade é R$ 374.646.208,97, totalmente subscrito e integralizado, representado por 675.555.994 ações.*" **3.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no Jornal Diário do Acionista, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **5.4.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Guilherme Braga Lacerda – Secretário.Rio de Janeiro, 11/12/2023.

Central Geradora Eólica Seridó V S.A.

CNPJ/MF nº 25.318.520/0001-78 – NIRE 33.300.332.367

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2023

Data, Hora e Local: No dia 11/12/2023, às 10:25 h na sede social da "Companhia", na Av. Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ. **Convocação e Presença:** Assembleias realizadas independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Sr. Guilherme Braga Lacerda – Secretário. **Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** Por unanimidade: **1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 20.000.000,00** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ 105.765.355,00 **para** R$ 85.765.355,00. **1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **20.000.000** ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º** – O capital social totalmente subscrito e integralizado é R$ 85.765.355,00, dividido em 85.765.355 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma.*"**2.** Registrar que o valor do montante reduzido, ora aprovado, será pago aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de Ações Ordinárias	%	Montante Reduzido (em R$)
Mirante Energética S.A.	105.765.354	99,9999991	19.999.999,81
Duas Lagoas Energética S.A.	1	0,0000009	0,19
Total	105.765.355	100	**20.000.000,00**

2.1. Registrar que o acionista **Duas Lagoas Energética S.A**. manifestou sua renúncia à parcela do montante reduzido que lhe cabe em favor da **Mirante Energética S.A. 3.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no Jornal Diário do Acionista, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **5.4.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Asssinaturas:** Presidente: Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli; Secretário: Sr. Guilherme Braga Lacerda. Rio de Janeiro, RJ, 11/12/2023.

Santo Afonso Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.678.947/0001-51 – NIRE 33.300.340.998

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2023

1. Data, Hora e Local: No dia 11/12/2023, às 15h45 na sede social da Companhia, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andares, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Rio de Janeiro-RJ, (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti). **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **3. Mesa**: Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia**: (i) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; (ii) outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações**: Os senhores acionistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade: **5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 32.000.000,00** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ 877.361.643,00 **para** R$ 845.361.643,00. **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **32.000.000** ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º** – O capital social totalmente subscrito e integralizado é R$ 845.361.643,00, dividido em 845.361.643 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma.*" **5.2.** Registrar que o valor do montante reduzido, ora aprovado, será pago aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: **Acionista:** Rio Casca Energética S.A. – 877.361.642 Ações Ordinárias – 99,9999999% – Reduzido (em R$) 81.089.250,91; **Acionista:** Duas Lagoas Energética S.A. – 1 Ação Ordinária – 0,0000001% – Reduzido (em R$) 0,09; **Total:** 877.361.643 Ações Ordinárias – **100% – Reduzido (em R$) 81.089.251,00. 5.2.1.** Registrar que o acionista **Duas Lagoas Energética S.A.** manifestou sua renúncia à parcela do montante reduzido que lhe cabe em favor da acionista **Rio Casca Energética S.A.**. **5.3.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no Jornal Diário do Acionista, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **5.4.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **7. Asssinaturas:** Presidente da Mesa: Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli; Secretário: Sr. Guilherme Braga Lacerda. Acionistas Presentes: Rio Casca S.A. (neste ato representado pelos seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva) e Duas Lagoas Energética S.A. (neste ato representado pelos seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). Rio de Janeiro-RJ, 11/12/2023. Assinatura: **Guilherme Braga Lacerda** – Secretário Designado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONSESSÃO DE LICENÇA
29.138.328/0001-50

RGIIMÓVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 19.952.325/0001-00, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Ambiental a Autorização de Movimentação de Solo e Terrraplanagem nº 050/2023, emitida em 14 de dezembro de 2023. Esta Autorização é valida até 14 de dezembro de 2028. Autoriza a responsável executar a movimentação de solo (aterro composto por argila, RCC – Classe A, não recicláveis), para futura construção de um galpão comercial, localizado na Rua Ouro Negro, nº 249 – Jardim Gramacho – 1º Distrito do Município de Duque de Caxias – RJ, referente ao processo nº 019/000371/2023.

EOLICA MANGUE SECO 3
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/ME nº 11.643.567/0001-00 - NIRE 33.3.0034031-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

1. Data, Hora e Local: No dia 08 de dezembro de 2023, às 11:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar, sala 1801, Botafogo, CEP: 22250-908. **2. Mesa**: Presidente - Sra. Cynthia Sisconetto Lemos; Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. **3. Presença**: Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **4. Convocação**: Dispensada a publicação dos editais de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4ª do art. 124, da Lei 6.404/76. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a rerratificação da distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) deliberada na Ata de Assembleia Extraordinária da Companhia de 11/09/2023, registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o nº 00005693469, arquivada em 18/09/2023, o qual passará a ser de R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), a serem pagos ao acionista até o dia 31/12/2023. **6. Deliberações**: Após discutir e analisar o tema constante na ordem do dia, o acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia e sem quaisquer restrições, aprovou a distribuição a rerratificação da distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) deliberada na Ata de Assembleia Extraordinária da Companhia de 11/09/2023, registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o nº 00005693469, arquivada em 18/09/2023, o qual passará a ser de R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), a serem pagos até o dia 31/12/2023. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **8. Assinaturas**: Mesa: Cynthia Sisconetto Lemos (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2023. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Cynthia Sisconetto Lemos -** *Presidente da Mesa,* **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca -** *Secretária.* JUCERJA: Certifico o arquivamento em 15/12/2023 sob o nº 00005939671, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.

CNPJ/MF nº 14.180.940/0001-14 – NIRE 33.300.321.438

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2023

Data, Hora e Local: No dia 11/12/2023, às 16:35 h na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Sr. Guilherme Braga Lacerda – Secretário. **Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e (ii) outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** Os senhores acionistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade dos membros presentes: **1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 500.000,00** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ 34.810.262,26 **para** R$ 34.310.262,26. **1.1.** Registrar que o valor da redução de capital acima aprovada será pago aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de Ações Ordinárias	%	Montante Reduzido (em R$)
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	126.417.081	99,9999992%	499.999,996
Tangará Energia S.A.	1	0,0000008%	0,004
Total	126.417.082	100%	**500.000,00**

1.2. Registrar que a acionista **Tangará Energia S.A.** manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista **Geração Bioeletricidade Holding S.A. 2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º. O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 34.310.262,26 representado por 126.417.082 ações ordinárias***" **3.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no Jornal Diário do Acionista, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **4.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Guilherme Braga Lacerda – Secretário. Rio de Janeiro-RJ, 11/12/2023.

Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.

CNPJ/MF nº 15.103.714/0001-00 – NIRE 33.300.321.446

Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 11/12/2023

1. Data, Hora e Local: 11/12/2023, na sede social da Sociedade, no Estado e cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, às 14 h. **2. Convocação e Presença:** Realizada independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento do acionistas detentores da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **4. Ordem do Dia:** (i) rerratificar o valor consolidado do capital aprovado na Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11/07/2023; (ii) Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; e (iii) outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: **5.1.** Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, aprovaram a rerratificação do valor consolidado do capital social aprovado na ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 11/07/2023, pois, por equívoco constou o valor de R$ 78.631.125,05, quando, na realidade, o valor deveria ser de **R$ 78.631.126,17**. **5.1.1.** Em razão do disposto no item 5.1. acima, os acionistas resolvem que os itens 5.1. e 5.2. da Assembleia Geral Extraordinária passará a vigorar com a seguinte redação: *"(...)* ***5.1.*** *Aprovar a redução de capital social em R$ 15.093.843,86 da Companhia, passando o capital social, portanto,* ***de*** *R$ 93.724.970,03* ***para*** *R$ 78.631.126,17. (...)* ***5.2.*** *Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo. 5º – O capital social da sociedade é R$ 78.631.126,17 , totalmente subscrito e integralizado, representado por 118.471.898 ações." (...)"* **5.1.2.** Ratificar todas as demais deliberações da referida Assembleia não expressamente retificadas no presente ato, que permanecem inalteradas. **5.2.** Quanto ao item (ii) da Ordem do Dia, aprovaram a redução de capital social em **R$ 4.450.000,00**, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social **de** R$ 78.631.126,17 **para** R$ 74.181.126,17. **5.2.1.** Registrar que o valor da redução de capital da sociedade acima aprovada será distribuído aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde. de ações	%	Valor (em R$)
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	118.471.897	99,9999992%	4.449.999,96
Tangará Energia S.A.	1	0,0000008%	0,04
Total	118.471.898	100	4.450.000,00

5.2.2. Registrar que o acionista **Tangará Energia S.A.** manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista **Geração Bioeletricidade Holding S.A**. **5.3.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º.*** *O capital social da sociedade é R$ 74.181.126,17, totalmente subscrito e integralizado, representado por 118.471.898 ações.*"**5.4.** A redução do capital social e as alterações estatutárias só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **5.5.** Lavrar esta ata em forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos acionistas e pelos integrantes da mesa que a presidiram. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Guilherme Braga Lacerda – Secretário. Acionista: Tangará Energia S.A. (neste ato representada por Flavio Martins Ribeiro e Carlos Gustavo Nogari Andrioli) e Santo Ivo Energética S.A. (neste ato representada por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Rio de Janeiro, RJ 11/12/2023. **Guilherme Braga Lacerda** – Secretário Designado.

PRIMAVERA: Sol com nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens. Manhã Tarde Noite 32º 22º 5% 05:05 18:35

MADRINHA

PF faz operação contra milícia no Rio e mira deputada Lucinha

A Polícia Federal e o Ministério Público do Rio abriram na manhã de ontem a Operação Batismo para investigar suposta atuação e articulação política da deputada estadual Lúcia Helena Pinto de Barros, a Lucinha (PSD) em benefício de uma milícia que atua na zona Oeste da capital fluminense. A parlamentar foi afastada no cargo por ordem do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ).

Agentes foram às ruas para cumprir oito mandados de busca e apreensão nos bairros de Campo de Grande, Santa Cruz e Inhoaíba, na zona oeste do Rio. O gabinete da parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro também foi vasculhado. Além do afastamento da parlamentar, o Tribunal de Justiça Estadual proibiu Lucinha de manter contato com investigados e de frequentar a Casa Legislativa.

A investigação da Operação Batismo mira também uma assessora de Lucinha. A PF aponta a participação ativa de ambas na milícia, "especialmente na articulação política junto aos órgãos públicos visando atender os interesses do grupo, investigado por organização criminosa, tráfico de armas de fogo e munições, homicídios, além de extorsão e corrupção".

De acordo com a Polícia Federal, o nome da ofensiva está ligado ao apelido "Madrinha", usado por lideranças da milícia para se referir à parlamentar investigada. A ofensiva aberta nesta manhã é um desdobramento da Operação Dinastia, aberta em agosto de 2022.

CARREIRA POLÍTICA

Carioca criada na zona oeste do Rio de Janeiro, a deputada estadual Lucinha (PSD), de 63 anos, foi afastada do cargo ontem, sob a suspeita de envolvimento com a milícia na operação Batismo, deflagrada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público do Rio (MP-RJ). A parlamentar construiu a carreira política com base no voto dos bairros com a maior influência dos grupos paramilitares da capital fluminense - chegou ao posto de vereadora mais votada da cidade em 2008 com o apoio da base eleitoral sob influência territorial da milícia.

A influência política de Lucinha nos bairros da zona oeste do Rio remontam à década de 80. A parlamentar começou a carreira pública como ativista do Movimento Popular Organizado. A atuação com ações comunitárias logo despertou o interesse em Lucinha pela participação na política tradicional. Foi uma das fundadoras do braço do Partido Democrático Brasileiro (PDT) no Rio.

Antes de se candidatar a um cargo eletivo, Lucinha foi diretora de Habitação da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj) no início dos anos 90. A liderança comunitária alçou Lucinha em sua primeira eleição para a Câmara de Vereadores do Rio, em 1996. Foi eleita vereadora pela primeira vez pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Reeleita em 2000, presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou a Máfia do IPTU, que resultou na demissão de fiscais de renda e foi presidente da Comissão de Saúde. Para o terceiro mandato, em 2004, foi reeleita como a segunda vereadora mais votada da cidade, com quase 70 mil votos, 60 mil dos quais na Zona Oeste.

Em 2008, ela foi a vereadora mais votada do Rio, com 68.799 votos, a maior votação de um político da zona oeste. Com o cacife político adquirido na Câmara de Vereadores, se elegeu em 2010 como deputada estadual, cargo que exercia atualmente.

SEQUESTRO

Em outubro deste ano, a deputada foi sequestrada em um sítio na zona oeste do Rio. A parlamentar foi abordada por homens armados que estavam em fuga e a levaram no carro da Alerj para a comunidade Vila Kennedy.

ARGENTINA

Governo Milei quer matar de fome quem for a rua protestar

CAROLINA MARINS/AE

O governo do novo presidente da Argentina, Javier Milei, anunciou ontem, novas medidas para endurecer as respostas a manifestações, prometendo retirar benefícios sociais de quem bloquear ruas em protestos. Anúncio, feito por meio de uma mensagem gravada pela ministra de Capital Humano, Sandra Pettovello, ocorre dois dias antes de uma convocação nacional para protestos no dia 20 de dezembro, data que relembra o massacre da Plaza de Mayo e que este ano protestaria contra as medidas econômicas do novo governo.

"Manifestar é um direito, mas circular também é", disse Pettovello. A ministra, que comanda uma pasta que aglutinou os ministérios do Trabalho, Desenvolvimento Social, Educação e Cultura, se dirigiu a mães e pessoas pobres que recebem auxílios sociais, dizendo que não precisariam se preocupar com supostas ameaças de corte dos auxílios caso não compareçam aos protestos

"Queremos dar tranquilidade aos beneficiários dos planos sociais Eles deveriam saber que ninguém pode forçá-los a protestar com a ameaça de cancelar o benefício. Por este motivo, suspenderemos o controle de presença fornecido pelas organizações sociais", afirmou. "Reiteramos: os únicos que não receberão os auxílios serão os que vão às manifestações e bloqueiam as ruas. Como disse o presidente: "o que bloqueia não recebe".

"Nos preocupam especialmente as mães que participam dos protestos com seus filhos. É desnecessário expô-los ao calor e à violência dessas manifestações", completou.

O vídeo, que tem duração de menos de 3 minutos e foi publicado ontem, havia sido adiantado pelo porta-voz da presidente, Manuel Adorni, em sua habitual conferência de imprensa após a reunião de Gabinete. "O anúncio será feito com a precisão de não bloquear as ruas e de que ninguém que não precise receber um benefício do Estado será beneficiado".

Segundo ele, os potenciais beneficiários presentes nos protestos serão identificados por meio de câmeras de reconhecimento facial Na imprensa argentina se especula que a medida fará aumentar o número de manifestantes encapuzados.

Na última quinta-feira, a ministra de Segurança, Patricia Bullrich, divulgou um protocolo de segurança que visa impedir bloqueios de ruas, vias e pontes em manifestações na cidade de Buenos Aires, epicentro dos grandes protestos na Argentina. Ambos os anúncios fazem parte da política de "quem faz, paga" que Milei veio repetindo durante toda a campanha.

O anúncio de Pettovello ocorre antes do aniversário de 20 de dezembro de 2001, em que movimentos sociais anunciaram dias atrás uma grande manifestação na Plaza de Mayo, onde protestarão contra as medidas econômicas anunciadas pelo ministro da Economia, Luís "Totó" Caputo na semana passada.

Na mesma data, há 22 anos, ocorreu a queda do governo de Fernando de la Rúa e foram registrados 39 assassinatos em todo o país.

Entre os principais benefícios sociais na Argentina estão a Asignación Universal por Hijo (programa semelhante ao Bolsa Família brasileiro) e o cartão alimentação. Ambos passaram por reajustes de valores no pacote de Caputo, com a AUH dobrando e o cartão alimentação recebendo um incremento de metade de seu valor atual. As duas únicas medidas do novo governo que visam conter o choque que será a inflação dos próximos meses diante da política de ajuste.

O protesto, que tem como foco o plano econômico de Caputo, mas principalmente a redução de subsídios a transporte, luz e gás, terá epicentros no Congresso Nacional e na Plaza de Mayo, e testará o novo protocolo de atuação das forças federais para evitar bloqueios de vias públicas estradas, anunciado por Bullrich.

Segundo o jornal *La Nación*, para o dia das manifestações está previsto um trabalho coordenado entre as forças de segurança da cidade de Buenos Aires, comandada por Jorge Macri, e as tropas federais comandadas por Bullrich.

Os chamados grupos piqueteiros, que promovem os protestos na Argentina, estão se organizando para uma grande mobilização em 20 de dezembro contra as medidas anunciadas de Caputo, em que se desvalorizou a moeda em 55%, provocando um aumento no preço dos produtos que se seguirá pelas próximas semanas.

"O plano da motosserra Caputo-Milei mostra que o ajuste será pago pelo povo, não pela política. É um plano inflacionário porque tem uma grande desvalorização com tarifas de transporte e energia. Para os trabalhadores haverá demissões e salários mais baixos", criticou Belliboni no dia seguinte ao anúncio de Caputo.

DIAMANTES

União Europeia adota 12º pacote de sanções contra a Rússia

MATHEUS ANDRADE/AE

A Comissão Europeia saudou ontem a adoção pelo Conselho Europeu de um décimo segunda pacote de sanções contra a Rússia, com foco em impor proibições adicionais de importação e exportação, combater a evasão de sanções e acabar com lacunas. Em comunicado, a Comissão aponta que, em particular, este pacote inclui listas adicionais de indivíduos e empresas russas - tais como a proibição da exportação de diamantes russos para a Europa - em estreita cooperação com os parceiros do G7.

Além disso, o pacote torna mais rigorosa a implementação do limite máximo do preço do petróleo, monitorando mais de perto a forma como os navios-tanque podem ser utilizados para contornar o teto. Inclui também obrigações mais rigorosas de localização de ativos e medidas duras para as empresas de países terceiros que contornam as sanções.

As sanções propostas fazem parte de uma proibição de diamantes coordenada internacionalmente pelo G7, que visa privar a Rússia deste importante fluxo de receitas estimado em 4 bilhões de euros por ano, segundo o comunicado. Todos os membros do G7 implementarão uma proibição direta de diamantes exportados da Rússia, o mais tardar até 1 de janeiro de 2024. A partir de 1 de março de 2024, entrará em vigor uma proibição de diamantes russos lapidados num país terceiro e, a partir de 1 de setembro de 2024, a proibição será expandido para incluir diamantes cultivados em laboratório, joias e relógios contendo diamantes.

O pacote tem ainda uma nova proibição de importação de gás de petróleo liquefeito, com impacto anual no valor de mais de 1 bilhão de euros, com salvaguarda dos contratos existentes por um período máximo de 12 meses.

"Com o 12º pacote, apresentamos um conjunto robusto de novas listagens e medidas econômicas que enfraquecerão ainda mais a máquina de guerra da Rússia", afirmou o Alto Representante da União Europeia, Josep Borrell, em sua conta no "X".

FIRJAN

PIB do RJ cresce 2,4% no terceiro trimestre

ALANA GANDRA/ABRASIL

A economia fluminense cresceu 2,4% no terceiro trimestre de 2023, em comparação ao trimestre imediatamente anterior, de acordo com levantamento divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). O percentual supera o leve avanço de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) brasileiro, no mesmo período, e levou a economia do estado a alcançar seu maior nível de produção da série histórica, iniciada em 2003. Em relação ao terceiro trimestre do ano passado, o PIB do estado avançou 5%.

Para o presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, o resultado é bem positivo, mostrando recuperação do setor de serviços, que tem um peso na contribuição do índice. "Ainda assim, o crescimento da economia do Rio está centrado na indústria extrativa e na construção como um diferencial para o estado. Apesar dos desafios que se apresentam para o próximo ano, estimamos um crescimento para a economia fluminense de 2,6%, acima da estimativa para a economia nacional (+1,5%)", destacou Gouvêa Vieira.

O gerente de Estudos Econômicos da Firjan, Jonathas Goulart, disse à Agência Brasil que o segmento da indústria cresceu 5,9% ante o terceiro trimestre de 2022, puxado pela indústria extrativa (alta de 10%) e pela construção civil, que mostrou expansão de 6,8% em função das obras de infraestrutura realizadas no estado.

O setor foi também o maior empregador da economia fluminense no terceiro trimestre, com total de 9.356 postos de trabalho gerados. Do mesmo modo, o setor de serviços, "que é muito pujante no Rio de Janeiro e responde por mais de 60,2% do PIB do estado", cresceu 4,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

EGITO

Sissi consolida seu poder e é reeleito para terceiro mandato como presidente

O presidente do Egito, Abdel Fatah al-Sissi, exercerá um terceiro mandato de seis anos após ser reeleito sem surpresas com 89,6% dos votos, em um momento em que o país vive a pior crise econômica de sua história.

O resultado das eleições, realizadas entre 10 e 12 de dezembro, não gerou surpresa alguma no país africano, o mais povoado do mundo árabe, com 106 milhões de habitantes.

O presidente da autoridade eleitoral, Hazem Badawy, anunciou uma taxa de participação "sem precedentes" de 66,8%, entre 67 milhões de eleitores: mais de 39 milhões votaram em Sissi.

O chefe de Estado, de 69 anos e ex-comandante das forças armadas, governa o Egito há uma década e iniciará seu novo mandato em abril.

Segundo a Constituição, este deveria ser seu último. O líder estendeu a duração do mandato presidencial de quatro para seis anos e modificou a Carta Magna para ampliar o limite de dois para três mandatos consecutivos.

O presidente teve três adversários relativamente desconhecidos nas eleições: Hazem Omar, do Partido Republicano do Povo, que ficou em segundo com 4,5% dos votos; Farid Zahran, líder do Partido Social-Democrata Egípcio, uma legenda de esquerda; e Abdel Sanad Yamama, do partido do centenário Wafd.

Sissi está no poder desde 2013, quando derrubou o presidente islamista eleito Mohamed Morsi. Nas eleições de 2014 e 2018, ele recebeu 96% dos votos.

Por 10 anos, a repressão à oposição eliminou qualquer concorrência séria para Sissi, o quinto presidente proveniente das fileiras do exército desde 1952. Milhares de opositores foram parar na prisão durante seu mandato.

A oposição havia conseguido ganhar impulso este ano, mas a atenção da mídia e da opinião pública acabou se voltando para a guerra em Gaza, desencadeada após o violento ataque do movimento islamista Hamas em Israel em 7 de outubro.

Além disso, as eleições ocorreram em plena crise econômica, com inflação de 40%, uma desvalorização de 50% da moeda nacional e a eliminação dos subsídios públicos sob pressão do Fundo Monetário Internacional.

Dois terços dos egípcios vivem perto do limite da pobreza.

Um grande número dos apoiadores de Sissi considera que ele conseguiu devolver a tranquilidade ao país após o caos decorrente da "revolução" de 2011 e a queda de Hosni Mubarak, que esteve no poder por 30 anos.

Nota

CHINA CONDENA VENDA DE ARMAS DOS EUA PARA TAIWAN E DIZ QUE MEDIDA VIOLA ACORDO ENTRE OS

Porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China, Wang Wenbin condenou a atitude dos Estados Unidos de anunciar uma venda de armas a Taiwan, e afirmou que o ato "viola flagrantemente" o princípio de Uma Só China, além de outros três comunicados conjuntos entre China e EUA em que o governo americano se comprometia a respeitar a autonomia chinesa em Taiwan. "A questão de Taiwan é inteiramente um assunto interno da China, e não toleramos interferência estrangeira" disse Wang a jornalistas durante coletiva de imprensa. Ele acusa os Estados Unidos de criar uma "tendência perigosa" na região de Taiwan, passando uma mensagem de fomento às forças separatistas que defendem a autonomia taiwanesa. A postura americana aumenta as tensões, afirmou. O porta-voz disse que a China tomará medidas "resolutas e fortes" contra as empresas envolvidas na venda de armas à região.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
29.138.328/0001-50
Primex Containers Ltda., CNPJ 02.578.886/0001-80, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal - SMMAPA a autorização para Movimentação de Solo e Terraplanagem nº 046/2023, emitida em 23 de novembro de 2023. Esta licença é válida até 23 de novembro de 2024. Autoriza a empresa dessa atividade de locação de containers, localizada na Rua Giparaná, Lote 52, Quadra 06, Chácaras Arcampo, 2º Distrito de Duque de Caxias – RJ, referente ao processo nº 019/000716/2023.